

O MOVIMENTO ECOLÓGICO E A PROBLEMÁTICA URBANA: ORIENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21

THE ECOLOGICAL MOVEMENT AND THE URBAN
ISSUE: GUIDELINES FOR THE CONSTRUCTION
OF THE *AGENDA 21*

Ricardo Gonçalves Severo*

* Cientista Social. Doutorando em Ciências Sociais no PPG da PUCRS. Pesquisador do Coletivo Rede. rg.severo@hotmail.com

Resumo

O artigo apresenta três visões ecológicas e quais são os principais temas abordados por cada uma. Após, discute-se a atual problemática urbana no que se refere aos impactos socioambientais, como o manejo de resíduos sólidos. Esses elementos servem para a reflexão de como pode se utilizar a Agenda 21 como instrumento de mobilização de agentes locais para a realização de projetos por agentes públicos ou privados que venham a sanar problemas verificados.

Palavras-chave: Ecologia. Urbano. Agenda 21.

Abstract

The paper presents three ecological views and what the main issues addressed by each one are. Later, there is a discussion on the current urban problematic concerning social and environmental impacts, such as solid waste management. These elements serve to reflect on how we can use the Agenda 21 as a tool to mobilize local agents to carry out public or private projects in order to solve the problems encountered.

Keywords: Ecology. Urban. *Agenda 21*.

1 Introdução

Pode-se dizer que tanto a teoria quanto a prática socioambiental não têm uma corrente única e são marcadas por propostas variadas. Existem diferenças na maneira como o tema é abordado, muito em razão da diversidade dos profissionais que se preocupam com o assunto. Exemplo são os biólogos que tenderão, via de regra, a dimensionar o problema de forma diferente de um economista, o qual terá diferenças de opinião de um sociólogo. É importante delimitar as diferenças conceituais existentes sobre o tema para que possa guiar a prática de forma multidisciplinar e integrada.

Apresentam-se três correntes teóricas e também práticas, que se preocupam com o tema ambiental, de acordo com bibliografia recente que trata do tema, considerando a sua conceituação e formas de atuação. Após, coloca-se em pauta a temática urbana como proposta para a construção da Agenda 21.

2 Correntes Ecológicas

Consideram-se correntes ecológicas como as formas específicas de atuação que tenham por finalidade temática ambiental, variando a maneira como atuam para sanar o problema focado. Há uma grande variação nas formas de atuação ambiental, sendo um definidor o período de atuação e também o local. Castells (2008) elaborou uma tipologia dos movimentos ambientalistas que consideram a identidade do grupo, os adversários e seus objetivos. Verifica-se que há, nesse esquema, o desenvolvimento dos movimentos das questões locais e imediatas para aquelas globais e abstratas.

Também Alier (2007) elabora uma tipologia desses movimentos, mas de maneira mais simplificada, considerando a identidade do grupo e objetivos principais. A seguir apresentam-se três correntes, conforme a concepção desse autor, de forma a compreender de maneira mais didática a orientação ambiental e elucidar alguns elementos da questão colocada acerca da construção da Agenda 21.

2.1 O culto à vida silvestre ou protecionismo

Essa é uma compreensão ambiental que propõe a não interferência humana nos ambientes naturais, ou, ainda, mantendo-a em patamares mínimos. Tal compreensão é coerente com o entendimento do valor da natureza como um

fim em si mesmo. Tal valor estaria ligado ao amor à natureza, não colocando como centro da questão os fatores econômicos e aproveitamento de recursos. A defesa do ambiente dessa corrente ecológica se atém às espécies animais e florestas originárias. Sua base científica é a biologia da conservação e tem como principais vitórias a Convenção da Biodiversidade de 1992 (Rio de Janeiro) e a Lei de Espécies em Perigo dos EUA (ALIER, 2007, p. 22). É inerente o risco ao ambiente que foi causado pelos aspectos da modernização, que busca a exploração dos recursos naturais. Essa visão compreende que:

[...] consolidou-se um consenso, agora também corroborado pela *expertise* científica, de que as intervenções humanas sobre a natureza têm sido de tal dimensão, que provocam modificações irreversíveis para a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas [...] (MILANI, 2008, p. 289-290).

A principal preocupação dessa corrente é com a biodiversidade e como a interferência humana modifica os ambientes. Entre os principais temas, pode-se destacar a fragmentação de ecossistemas, extinção de habitats e introdução de espécies exóticas (MILANI, 2008). Pode-se destacar ainda a questão sobre o manejo de Unidades de Conservação (UCs) e a relação dos povos residentes com o ambiente local. Há atualmente um debate sobre o conflito do paradigma ambiental *versus* cultural sobre a gestão das UCs (CREADO *et al.*, 2008), mas nesse paradigma há ênfase no controle ambiental, na busca da conservação desses locais, restringindo ao máximo sua ocupação e utilização, permitindo o uso por tais povos residentes, mas sob controle governamental.

Uma grande expoente dessa corrente foi a ecologista e cientista Rachel Carlson, que em 1962 escreve o livro *Primavera Silenciosa*. Nessa obra a autora demonstrava os riscos do uso indiscriminado do pesticida *Dicloro-Difenil-Tricloroetano* (DDT) à saúde humana e animal, tornando-se um símbolo da luta em defesa do ambiente e fazendo com que pela primeira vez o cientificismo pragmático viesse a ser questionado.

2.2 O desenvolvimento sustentável

Essa corrente traz uma preocupação mais instrumental, focando os impactos da economia, ou, ainda, da atividade industrial sobre o ambiente. É

uma corrente geralmente normativa, propondo maneiras de agir que venham a agredir menos a natureza com uma utilização mais racional da tecnologia. Pode-se compreender como uma das abordagens possíveis dessa corrente a busca da ecoeficiência, utilizando recursos naturais de forma racional, em um sentido econômico, embora o desenvolvimento sustentável não restrinja-se a esse enfoque.

Trata-se aqui tal corrente como a mais próxima ao holismo, pois integra os temas que são tratados em economia, ecologia e também considera as contradições sociais, levando em conta necessariamente as diferenças sociais como constituintes de muitos passivos ambientais (FOLADORI, 1999). Há aqui diferenças em relação ao paradigma anterior, pois o foco de ação passa para as questões sociais e econômicas. Não há, entretanto, consenso acerca da compreensão de como agir sobre tais questões dentro desse paradigma.

Arroyo e Schuch (2006) realçam que o desenvolvimento sustentável é diverso da compreensão de crescimento econômico. Esse último leva em consideração fatores exclusivamente quantitativos e estabelece um padrão de atividade baseado no que se denomina popularmente como desenvolvimentismo, priorizando os resultados econômicos em demérito dos demais elementos, tais como a conservação do meio ambiente. Seu cálculo de sucesso se dá, portanto, através da observação do Produto Nacional Bruto (PNB), por exemplo.

O desenvolvimento econômico que veio a inspirar a noção do desenvolvimento sustentável é de natureza diferente, pois são considerados os fatores qualitativos. São levados em conta elementos como escolaridade, longevidade e renda da população, utilizando o índice de desenvolvimento humano (IDH). Esse índice foi elaborado pelo economista Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel, e tinha como objetivo inserir uma preocupação com as características sociais nos índices que mediam o que se compreendia como desenvolvimento dos países. Assim, podemos dizer que o “desenvolvimento econômico é o crescimento econômico (aumento do PNB) acompanhado pela melhoria do padrão de vida de toda a população e por alterações fundamentais na estrutura da economia e da organização política e social.” (ARROYO & SCHUCH, p. 44).

Note-se que o constructo de desenvolvimento, como exposto acima, não traz nos indicadores um cálculo sobre a exploração ambiental, sendo esta uma preocupação mais recente. Um dos indicadores mais utilizados atualmente é o da pegada ecológica em que se calcula o impacto do homem sobre a terra através da utilização de diversos bens materiais e serviços, como transporte, energia etc.

Desdobra-se, assim, a noção de desenvolvimento para ecodesenvolvimento, ou, simplesmente, sustentabilidade. Definimos, portanto, o desenvolvimento sustentável tal qual elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como “(...) aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1988).

Assim, constrói-se uma noção mais integrada entre ambiente e sociedade. De acordo com Arroyo e Schuch, o desenvolvimento sustentável leva em consideração fatores como:

- Satisfação das necessidades básicas de alimentação;
- Desenvolvimento e pobreza;
- Saúde e habitação;
- Nova matriz energética por meio de fontes renováveis.

Esses autores compreendem que há duas versões da sustentabilidade. A primeira é uma apreensão restrita sobre a sustentabilidade, em que a principal consideração é a perspectiva instrumental, na qual a sustentabilidade é colocada em termos técnicos, ou seja, de eficiência energética, como exposto anteriormente. Assim, a questão que se coloca é o avanço tecnológico a fim de desenvolver novas formas de exploração econômica que reduzam o impacto ambiental. Essencialmente, essa linha de interpretação compreende que o ambiente é um bem econômico e regulado pelo mercado (FREY, 2001).

A segunda compreensão sobre o que é sustentabilidade é de visão ampla. Nesta se realiza uma crítica sistêmica ao atual modo de produção capitalista. O principal problema, de acordo com essa visão, é a maneira não só como se produz, mas como se distribui a produção. A visão ambiental e social tornam-se interdependentes. Para resolver os problemas ambientais, é necessário agregar interesses das populações locais, construindo o que denominam de poder popular (ARROYO & SCHUCH, p. 50-54). Além dessas abordagens, é preciso ressaltar que a sustentabilidade é um conceito que não se consolida enquanto instrumento analítico em razão da variedade de sujeitos sociais que adotam essa terminologia para suas práticas, o que por si só não inviabiliza a sua utilização como orientação para o debate (BRITO & RIBEIRO, 2002).

2.3 O ecologismo dos pobres

Essa corrente ecológica traz consigo a noção de justiça ambiental e faz crítica ao modelo de produção atual a partir das populações originárias. Pode-se

utilizar como exemplo a luta dos pescadores artesanais contra a pesca industrial, ou, ainda, a luta dos povos indígenas contra a exploração petrolífera nas florestas. Via de regra, os atores prioritários, ou defensáveis, são os povos já estabelecidos contra prováveis exploradores estrangeiros. Conforme Alier (*ibid.*), esta é uma visão populista, mas que deve ser desligada de sua concepção comum. O populismo aqui é originário da corrente *narodnik*, do final do século XIX e início do XX. Eles propunham um socialismo agrário, defendendo os camponeses contra a exploração do Czar. É difícil não relacionar a pecha populista de sua utilização arraigada, ainda mais se atentarmos que essa proposta sempre é ligada à defesa dos povos originários, independente de sua postura. Pode-se retornar aqui à questão da utilização dos povos originários nas UCs, modificando, no entanto, o termo povos originários por tradicionais (CREADO *et al.*, 2008). O termo muda e também a concepção dos direitos desses povos. O foco de proteção, portanto, passa para os agentes e não o ambiente.

Ressalta-se, no entanto, que a proposta é, pelo menos para a atual utilização, reverter situações de degradação social e ambiental com o apoio das populações locais, sendo o conceito de populismo ambiental válido nesse sentido. Compreensão semelhante pode ser encontrada no conceito de *etnodesenvolvimento*, desenvolvido por Stavenhagen (*apud* OLIVEIRA, 2006). Esse modelo propõe “uma natureza de desenvolvimento ‘alternativo’, que respeitasse os interesses dos povos ou das populações étnicas, alvo dos chamados “programas de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2006, p. 47). Esse princípio procura priorizar a cultura das populações locais, assim como buscar a melhoria de suas condições de vida, sem que se tenha em mente um padrão de desenvolvimento etnocêntrico. Tal corrente é baseada nas seguintes premissas:

1. Estratégias de desenvolvimento são destinadas prioritariamente ao atendimento das necessidades básicas da população e para melhoria de seu padrão de vida e não à reprodução dos padrões de consumo das nações industrializadas, propugnadas, exclusivamente, pelo crescimento econômico;
2. Visão endógena, orientada assim para as necessidades do país mais do que para o sistema internacional;
3. Não rejeitar a *priori* as tradições culturais, procurando aproveitá-las;
4. Respeito ao ponto de vista ecológico;

5. Autossustentabilidade, respeitando, sempre que possível, os recursos locais, sejam eles naturais, técnicos ou humanos;
6. Desenvolvimento participante, jamais tecnocrático, abrindo-se à participação das populações em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação¹.

1 - Oliveira (idem, p. 48).

Tal perspectiva, como destaca Oliveira (*ibid.*), torna o agente local não mais um informante nativo ou um sujeito a ser atingido pela intervenção, passivo. Tornamo-nos, assim, colaboradores, e a relação é simétrica e colaborativa.

As correntes ambientais apresentadas servem como guia de intervenção de acordo com o ambiente que se pretende conservar ou modificar, podendo haver o cruzamento de orientações de acordo com o contexto de ação, assim como outras concepções acerca do movimento ambiental, em constante reformulação.

A seguir, discute-se o ambiente urbano como meio de intervenção por práticas socioambientais.

3 O foco no ambiente urbano

O ambiente urbano é o mais sensível no que tange à possibilidade de equilíbrio ecológico em razão das características de sua ocupação. É regra ser um ambiente que requer grande quantidade de energia (consideremos o termo em sua acepção ampla: eletricidade, água, alimentos, serviços) para seu funcionamento e também gerar uma grande quantidade de resíduos que devem ser manejados e exteriorizados.

Quando analisamos suas características, não devemos nos focar somente no seu espaço geográfico ocupado, mas em toda uma cadeia relacional da qual é dependente. Começamos pela necessidade de alimentos, que requer que sejam moldadas determinadas características agrícolas, necessariamente nos moldes de produção em escala para atender à demanda de uma grande população. Também, a necessidade de energia elétrica requer a montagem de uma rede complexa para seu atendimento, que tem aumentado significativamente nos últimos anos. Tal aumento ocorre não só em razão do consumo industrial, mas também do próprio uso doméstico com uma maior quantidade de eletrodomésticos e demais *gadgets* que se tornam moda, que fazem a característica do consumo perdulário típico da terceira revolução tecnológica. Destaca-se, nesse sentido, a obsolência planejada

das mercadorias que faz com que sejam descartadas mesmo quando ainda em funcionamento, como videogames e computadores (MESZÁROS, 2002).

Uma das características mais danosas ao ambiente é a geração de resíduos. Pensemos em uma cidade de porte médio, com uma população aproximada de 380 mil habitantes. Calcula-se que cada habitante gere algo em torno de 1,5 quilos de resíduos diariamente. Ao final de um ano, tem-se um valor aproximado de 208.050 toneladas de resíduos gerados, os quais serão destinados ao aterro. Em uma cidade em que não há um sistema de coleta seletiva implantado, esses resíduos não serão reutilizados e degradarão o ambiente em que são depositados. Agora consideremos que, além da não separação dos resíduos recicláveis, também não ocorra separação entre esgoto fluvial, ou da água das chuvas, e do esgoto cloacal, de utilização doméstica (o que é regra nas cidades brasileiras). Resulta isso em uma poluição dos recursos hídricos. Nas palavras de Alier:

Um mundo no qual a urbanização cresce é, por conseguinte, um mundo insustentável. Por definição, as cidades não são ambientalmente sustentáveis. Seu território abriga uma densidade de população demasiado alta para se auto-sustentar. As cidades produzem algo de valor comparável ao verificado na troca dos materiais e da energia que importam e dos dejetos que produzem? Quais são os conflitos ambientais internos das cidades? Esses conflitos são às vezes transpassados a uma escala geográfica mais ampla. (ALIER, 2007, p. 212. *Ibid.*).

Tais aspectos dizem respeito às questões ambientais das cidades, mas consideremos também os elementos relacionais, como os sociais, que se refletem na maneira como o espaço urbano é ocupado. É habitual que os locais mais degradados ambientalmente, de mais difícil acesso ou os de menor valorização econômica sejam ocupados pelas camadas de baixa renda, enquanto as camadas de alta renda ocupam os mais preservados. Assim, para as populações de baixa renda as opções de ocupação do espaço urbano são limitadas, causando uma espiral de autoexploração e degradação socioambiental, criando um processo que Lúcio Kowarick (1983) chama de espoliação urbana. De acordo com esse autor, o meio urbano é construído de maneira a dificultar a vida das populações pobres em razão da lógica atual de apropriação privada dos bens públicos e pela forma como se dá o acúmulo de capital. Esse espaço social seria marcado então pela

desigualdade, por meio da forma de sua ocupação. Sobre a problemática urbana, de acordo com Rossetto, Orth e Rossetto:

(...) se observa no cenário brasileiro é uma rede urbana formada por cidades com características bastante diferenciadas, mas que, apesar de suas peculiaridades regionais e locais, abrigam, com maior ou menor intensidade, problemas intra-urbanos que afetam sua sustentabilidade, particularmente os decorrentes de dificuldades de acesso a terra urbanizada, déficit de moradias adequadas, déficit de cobertura dos serviços de saneamento ambiental, desemprego e precariedade de emprego, violência/ precariedade urbana e marginalização social. A concentração física e o modelo de exclusão territorial que marcam o desenvolvimento de nossas cidades promovem e expõem a tragédia da concentração da renda nacional (2006, p. 811).

Uma das características do espaço urbano é a especulação imobiliária, que cria um mercado que se diferencia de acordo com a qualidade do espaço, mensurado de acordo com a localização geográfica e infraestrutura oferecida. Quando a área não é valorizada suficientemente, é deixada vazia até que sejam oferecidos os serviços públicos necessários ao aumento do valor dos terrenos. Como ocorre isso?

Muitas vezes são criados novos bairros, distantes dos bairros centrais ou com infraestrutura ainda precária, que têm como destino a ocupação das camadas sociais pauperizadas. Esse processo se dá, geralmente, pela baixa capacidade de investimento do Estado em serviços públicos de maneira extensiva, requerendo um oferecimento gradual e lento. Assim, constroem-se tais bairros em localidades mais distantes em razão do seu baixo valor inicial e vai se construindo aos poucos a infraestrutura necessária à demanda popular. Criam-se, dessa forma, as denominadas periferias.

Nesse meio tempo, os vazios urbanos deixados entre os centros urbanos e as periferias valorizam-se pela criação gradual de uma rede de infraestrutura necessária, como transporte público, energia elétrica, calçamento, escolas etc. Há, nesse sentido, uma apropriação do público pelo privado.

Ainda, na medida em que se valorizam os novos bairros, parte da população residente deixa o local, seja pelo aumento dos impostos prediais (IPTU), seja para vender a moradia como especulação em pequena escala. Daí surge um novo processo de periferização não planejado pelo Estado. Essas pessoas

tendem a ocupar as áreas menos valorizadas, que, geralmente, ficam em regiões degradadas ambientalmente e de pouco valor comercial.

Da mesma forma, como ocorria no passado, a ocupação dessas áreas não se dá de forma planejada e por livre iniciativa de seus ocupantes, mas sim pela impossibilidade de arcar com as despesas de aluguel ou financiamento de imóvel, pois os moradores das periferias são, via de regra, aqueles trabalhadores que exercem atividades informais, ou seja, sem direitos trabalhistas, com baixos rendimentos mensais, não podendo arcar com uma despesa fixa². Tais elementos levam a crer que a melhor forma de sanar esses problemas se dá pela abordagem que leve em consideração os agentes locais, o que é possível por meio da utilização de uma concepção sustentável. Também, naquelas situações em que essa população é pauperizada, o *etnodesenvolvimento* deve ser levado em consideração como forma de intervenção.

Percebe-se que o ambiente urbano, além dos impactos ambientais, traz consigo conflitos sociais de difícil resolução. No que tange a tais demandas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o Departamento de Ambiente Urbano³, o qual busca, entre outras atribuições, auxiliar a gestão em áreas de vulnerabilidade ambiental. Tais práticas estão contidas na Agenda 21, apresentada a seguir.

4 Agenda 21 como instrumento de ação local

A Agenda 21 é um documento que foi aprovado na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 e obteve a adesão de 178 países. Com 40 capítulos, o documento tratou de preparar ações para o século XXI, com vistas a reverter o quadro de degradação ambiental das décadas finais do século XX. Mesmo com a compreensão de que é um instrumento limitado em diversos aspectos, especialmente na regulação institucional, constitui-se como ferramenta importante para a construção de projetos locais que estão ligados ao acúmulo de debates e ações que resultaram no documento-guia.

Desse documento se originaram diversas outras Agendas 21 que adaptavam o documento original à sua realidade, resultando daí a Agenda 21 brasileira, baseando-se em uma consulta à população local coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo concluída no ano de 2002.⁴

2 - Como aqueles trabalhadores que no passado não tinham como pagar os financiamentos oferecidos para morar em vilas operárias e ocupavam os cortiços que não ofereciam serviços de infraestrutura (GILL, Lorena. *Labirintos ao Redor da Cidade: as vilas operárias em Pelotas*. 2006, p. 14).

3 - <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=125>.

4 - Conforme informações do site: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>.

Tal documento objetivou a elaboração de práticas sustentáveis em nível local, mas como elemento multiplicador de diversos outros documentos-guias, elaborados pelos agentes envolvidos com o processo de construção das Agendas 21 locais, esse último um documento elaborado com fins à ação.

A Agenda 21 local é, portanto, uma receita de como podem ser realizadas atividades locais de sensibilização da população e conseqüente organização da mesma. É fundamental para o envolvimento das comunidades locais a compreensão de que a Agenda 21 não é um documento unicamente ecológico, como alguns supõem, especialmente a mentalidade desenvolvimentista, mas ambiental ou holístico, abarcando a totalidade de variáveis que intervêm na forma de vida humana. Conforme o guia de construção da Agenda 21 local:

A agenda valoriza, mas não dá enfoque apenas à situações voltadas à preservação e conservação da natureza. Considera questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades de renda regionais e interpessoais; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão. Em suma a Agenda 21 deve procurar expressar um planejamento estratégico e participativo, que determina as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo e sociedade. (MMA, 2003, p. 17).

Dessa forma, o referido guia sugere um plano de ação que possibilite mobilizar a comunidade local a partir de suas demandas. Para que isso ocorra, é fundamental que determinado segmento da sociedade organizada tome a liderança do projeto de construção e que ajude a sensibilizar os demais sujeitos sociais. Só dessa forma é possível que se viabilize o *empowerment*⁵ da sociedade civil (FREY, idem). Isso significa que é necessário que haja mobilização da população para exercer pressão frente ao Estado.

5 - Empoderamento.

Ilustrativo é o caso da construção da Agenda 21 de Pelotas/RS. Esse processo teve início com uma gestão da Prefeitura eleita no ano de 2001, tendo mobilizado várias entidades da sociedade civil (ONGs, associações civis, empresas, sindicatos etc.), tendo partido de um projeto da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental do município (SQA). Representantes da SQA conduziram uma série de encontros para definir as prioridades para a Construção

da Agenda 21 Local. Realizou-se pesquisa junto à população com a aplicação de questionário que procurava estabelecer as prioridades eleitas e, por fim, em uma Conferência Municipal e elegeram-se as políticas públicas prioritárias, resultando na produção do Manual *Agenda 21 de Pelotas: construindo a Cidadania Ambiental* (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2004). Construiu-se um referencial para a ação institucional, porém, após as eleições municipais, esse grupo foi destituído do poder e esse processo foi finalizado. É possível compreender esse acontecimento como um exemplo da diferença entre política de governo e política de Estado. A iniciativa não surgiu da sociedade civil, que se manteve enquanto cliente e não como protagonista do projeto. Assim, todo o processo foi arquivado.

No entanto, é importante, de acordo com o documento Agenda 21 Local, envolver o Poder Público, mesmo que este não venha a se participar diretamente no projeto, para que auxilie na posterior institucionalização da Agenda 21. Essa etapa inicial deverá formar um grupo de trabalho, que, de acordo com a elaboração do guia de referência (p. 37), deve:

- Estabelecer metodologia de atuação;
- Reunir informações sobre algumas das questões básicas do município;
- Examinar as possibilidades de financiamento e elaboração da Agenda 21 Local;
- Iniciar a negociação sobre a forma de institucionalizar o processo junto às autoridades locais;
- Identificar quais os setores da sociedade devem estar representados, em função das particularidades locais.

5 Considerações finais

A apresentação das três correntes teve por objetivo demonstrar em que situação estas foram empregadas, o que não esgota a possibilidade de reflexão e práticas que venham a utilizá-las de forma conjunta. No entanto, se pensarmos no ambiente urbano, levando em consideração a Agenda 21, o mais apropriado é o emprego das noções combinadas de desenvolvimento sustentável e *etnodesenvolvimento*, pois tais práticas propiciam a participação das pessoas das localidades nas quais pretende-se agir, levando em consideração seus costumes, tanto para preservar características que sejam ambientalmente benéficas quanto para modificar costumes que as prejudiquem. O essencial para considerarmos é

que é imprescindível o envolvimento das populações locais nas práticas ambientais, pois como são os agentes principais, se não forem sensibilizados a respeito da problemática trabalhada, não haverá resultados positivos na causa. Outra razão é que tanto os órgãos internacionais de apoio ao ambiente quanto a política governamental em prática atualmente levam em consideração o envolvimento das comunidades locais, especialmente quando tratamos do ambiente urbano.

Tendo em vista a questão urbana, podemos considerar que as principais questões, atualmente, são o manejo de resíduos sólidos, buscando a implantação de coleta seletiva, que ainda não é prática corrente no país, salvo o caso da catação de materiais recicláveis por agentes privados, sem auxílio do poder público. No Brasil, infelizmente, a coleta de materiais recicláveis se dá em razão da pauperização e não por práticas governamentais dos municípios.

A questão da ocupação do ambiente também tem sido foco de preocupação por parte dos agentes governamentais e organizações não governamentais (ONGs). Não só no que diz respeito aos locais ocupados, mas também a forma de ocupação, como exposto anteriormente.

O elemento central para que se possa iniciar a intervenção de acordo com o interesse de atuação é, portanto, o levantamento de pessoas que podem se envolver com o problema, como uma associação de moradores, cooperativa de trabalhadores do local (pescadores, catadores etc.) e mobilização da população da comunidade a ser atingida pelo projeto. Tendo sido mobilizada a sociedade civil, o que pode ser demonstrado por meio de abaixo-assinados ou encontros com a câmara de vereadores ou prefeitura municipal, assim como por meio da mídia, será maior a possibilidade de sucesso do projeto em questão.

Referências

- AGENDA 21 DE PELOTAS: Construindo a cidadania ambiental. Prefeitura Municipal de Pelotas, 2004.
- ALIER, Joan Martinez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BRITO, Daniel C. De; RIBEIRO, Tânia G. A Modernização na Era das Incertezas: crise e desafios da teoria social. *Ambiente & Sociedade*, vol. V, n. 2, ago-dez. 2002 – vol. VI, n.1, jan-jul. 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- CREADO, Eliana S. J. et al. Entre “Tradicionais” e “Modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia Brasileira. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XI, n. 2, p. 255-271, jul-dez. 2008.
- FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, Ano II, n. 5, p. 19-34, jul-dez. 1999.
- FEY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Ano IV, nº 9, 2º Semestre de 2001.
- GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: *História Unisinos*. 10(1), p. 45-52, Janeiro/Abril 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Construindo a Agenda 21*. 3. ed. Brasília, 2003.
- MESZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- MILANI, Carlos R. S. Ecologia Política, Movimentos Ambientistas e Constatação Transnacional Transnacional na América Latina. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.
- ROSSETTO, Adriana M.; ORTH, Dora M.; ROSSETTO, Carlos R. Gestão ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS). *RAP*, Rio de Janeiro, 40(5):809-40, Set./Out. 2006.